- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1-I

A governança pública é discutida em torno de determinados pressupostos sobre componentes estruturais como gestão, equidade, transparência, responsabilidade corporativa, *accountability* (prestação de contas) e legalidade do setor público. Esses elementos são considerados necessários ao desenvolvimento das sociedades, segundo os modelos idealizados por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Sob a ótica da ciência política, a governança pública está associada a uma mudança de gestão política, tendendo, cada vez mais, à autogestão nos campos social, econômico e político, como também a uma nova composição de formas de gestão. Complementarmente, a governança relaciona-se a fatores como tomada de decisões gerenciais, desempenho, controle, com direcionamento global para o órgão ou a entidade, e necessidade de prestação de contas para seus controladores.

Nesse sentido, o conceito de *accountability* é pautado na relação de interesse do Estado e nas necessidades do cidadão. Assim, a *accountability* é plena quando as informações públicas de prestação de contas dos governantes, auditadas pelos órgãos de controles internos e externos, geram confiança a uma sociedade participativa das decisões públicas.

O grau de *accountability* de uma burocracia deve ser explicado pelas dimensões do macroambiente da administração pública: a textura política e institucional da sociedade, os valores, os costumes tradicionais partilhados na cultura, a história, o desenvolvimento político na trajetória para tornar as burocracias responsáveis, a baixa contribuição dos diversos esforços de reformas da administração pública e a precariedade dos controles formais.

Blênio Cezar Severo Peixe *et al*. **Governança pública e *accountability***: uma análise bibliométrica das publicações científicas nacionais e internacionais. 2018. Internet: <redalyc.org> (com adaptações).

A respeito das ideias e da tipologia do texto CB1A1-I, julgue os itens subsecutivos.

1 No texto, predomina o tipo textual dissertativo, mas há sequências da tipologia injuntiva em cada parágrafo.

JUSTIFICATIVA – Errado. O texto é dissertativo-argumentativo (tipologia), pautado na exposição de ideias, argumentos e ponto de vista do redator, o qual se presta a dissertar acerca de determinado assunto, com teor opinativo. Um texto injuntivo (ou instrucional), como bulas de remédios e receitas culinárias, orienta uma ação, apresentando-se como uma ordem para o leitor, o que não se observa em nenhum dos parágrafos do texto.

2 De acordo com o texto, a dinâmica entre os interesses do Estado e as demandas dos cidadãos fundamenta o conceito de *accountability*.

JUSTIFICATIVA – Certo. No terceiro parágrafo, a informação é patente: "Nesse sentido, o conceito de *accountability* é pautado na relação de interesse do Estado e nas necessidades do cidadão".

3 Infere-se do texto que é necessário ao desenvolvimento das sociedades que a administração pública apresente ações governamentais alinhadas à filosofia da *accountability*.

JUSTIFICATIVA – Certo. No primeiro parágrafo do texto, afirma-se que a governança pública é discutida em torno, entre outros fatores, do conceito de *accountability*, o qual está entre os elementos necessários para o desenvolvimento das sociedades.

Julgue os próximos itens, referentes aos aspectos linguísticos do texto CB1A1-I.

4 No último período do primeiro parágrafo, a vírgula empregada logo após "internacionais" poderia ser eliminada, sem prejuízo da correção gramatical do texto.

JUSTIFICATIVA – Errado. O texto ficaria gramaticalmente incorreto com a alteração, haja vista a vírgula que permaneceria subsequente a "(ONU)".

5 No primeiro parágrafo, a expressão "Esses elementos" (segundo período) remete aos termos da enumeração introduzida pelo vocábulo "como" (primeiro período).

JUSTIFICATIVA – Certo. A expressão "Esses elementos" retoma, por anáfora, toda a estrutura enumerativa exemplificativa após "como".

6 A correção gramatical e os sentidos do primeiro período do segundo parágrafo seriam preservados caso se deslocasse a expressão "cada vez mais", com as vírgulas que a isolam, para imediatamente depois do vocábulo "também".

JUSTIFICATIVA – Errado. Embora gramaticalmente correto, o deslocamento alteraria o sentido do período, pois deixaria se relacionar a ambos os complementos do verbo 'tender' — "à autogestão nos campos social, econômico e político" e "a uma nova composição de formas de gestão" — e passaria a estar relacionado apenas ao último elemento.

7 As vírgulas que intercalam a expressão “cada vez mais”, no primeiro período do segundo parágrafo, poderiam ser removidas, sem prejuízo dos sentidos do texto e da correção gramatical.

JUSTIFICATIVA – Certo. A remoção das vírgulas — **com tendência de se recorrer cada vez mais à autogestão** (...) — não alteraria os sentidos do texto e não produziria desvio gramatical, uma vez que o emprego das vírgulas, nesse caso, é facultativo.

8 No trecho “associada a uma mudança” (primeiro período do segundo parágrafo), a inserção do acento indicativo de crase no vocábulo “a” manteria a correção gramatical e a coerência das ideias do texto, em razão da presença da preposição exigida por “associada” e do artigo feminino.

JUSTIFICATIVA – Errado. Não ocorre crase entre a preposição “a” e artigo indefinido, ainda que feminino.

9 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, o último parágrafo poderia ser assim reescrito: **A textura política e institucional da sociedade, os valores, os costumes tradicionais partilhados na cultura, a história, o desenvolvimento político na trajetória para tornar as burocracias responsáveis, a baixa contribuição dos diversos esforços de reformas da administração pública e a precariedade dos controles formais constituem as dimensões do macroambiente da administração pública que explicam o grau de *accountability* de uma burocracia.**

JUSTIFICATIVA – Certo. A reescrita sugerida preserva tanto a correção gramatical quanto a coerência das ideias originais do texto.

10 No trecho “uma sociedade participativa das decisões públicas” (final do terceiro parágrafo), a substituição do vocábulo “das” por **nas** prejudicaria a correção gramatical e os sentidos originais do texto.

JUSTIFICATIVA – Errado. Tal como o verbo “participar”, o adjetivo “participativa” pode reger termo introduzido pela preposição “de” ou “em”.

ulgue os itens a seguir, considerando a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) e, no que couber, a interpretação de suas normas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

11 É inconstitucional a divulgação, por deputado distrital, de iniciativa de ato, programa, obra ou serviço público de sua autoria, mediante canais do próprio mandatário ou do partido político, por configurar promoção pessoal.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. De acordo com o entendimento firmado pelo STF na ADI n.º 6.522, quando conferiu ao art. 22, § 6.º, da LODF interpretação conforme a Constituição Federal de 1988:

“1. A autorização do § 5.º do art. 22 da Lei Orgânica para que cada Poder do Distrito Federal defina, por norma interna, as hipóteses nas quais a divulgação de ato, programa, obra ou serviço públicos não constitui promoção pessoal desconforma-se com o disposto no § 1.º do art. 37 da Constituição da República. 2. Interpretação conforme à Constituição da República do § 6.º do art. 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal para que a divulgação de iniciativa de ato, programa, obra ou serviço público de que o parlamentar seja autor se realize com a finalidade exclusiva de informar ou educar e apenas pelos canais do próprio mandatário ou partido político, não se admitindo a sua confusão com a publicidade do órgão público ou entidade. 3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.” (ADI 6522, relatora Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 17/5/2021, DJe-101, publicado em 27/5/2021).

12 A LODF proíbe a nomeação, para cargos em comissão, de pessoas condenadas por crimes e ilícitos que ensejam a inelegibilidade eleitoral, sendo o rol de hipóteses que vedam a nomeação para cargos em comissão no DF mais amplo que o previsto para a vedação à nomeação no cargo de conselheiro do TCDF.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Para os cargos em comissão no DF, as hipóteses de vedação de nomeação em virtude de condenação são mais extensas do que a estabelecida para conselheiro do TCDF. Para os conselheiros, o art. 82, § 9º, da LODF prevê apenas a vedação de nomeação de pessoa condenada pela prática de ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral. Para os cargos em comissão, por sua vez, além dessa hipótese, o art. 19, § 8.º, I a IV, da LODF elenca outros crimes comuns cuja condenação é fato impeditivo para a nomeação.

13 Os conselheiros do TCDF devem fazer declaração pública de bens não só no ato da posse e no término do exercício do cargo, mas também em todos os anos durante a ocupação do cargo.

JUSTIFICATIVA – CERTO. É o dispõe literalmente o art. 19, § 3.º, VII, da LODF conjugado com o seu art. 82, § 7º:

“Art. 19 (...) § 3.º São obrigados a fazer declaração pública anual de seus bens, sem prejuízo do disposto no art. 97, os seguintes agentes públicos:

(...)

VII Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

(...)

Art. 82. (...)

§ 7.º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal farão declaração pública de bens, no ato da posse e no término dó exercício do cargo.”.

No que se refere às normas orçamentárias e financeiras constantes da LODF, julgue os próximos itens.

14 Os pagamentos das remunerações de qualquer natureza devidas pelo DF aos seus servidores e empregados públicos serão efetuados pelo Banco de Brasília S/A.

JUSTIFICATIVA – CERTO. A assertiva está prevista no art. 144, § 4.º, da LODF:

“Art. 144 (...)

§ 4.º Os pagamentos das remunerações, de qualquer natureza, devidas pelo Distrito Federal aos servidores da administração direta, aos servidores das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, aos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, bem como aos empregados das demais entidades em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, serão efetuados pelo Banco de Brasília S/A – BRB, para concretizar-lhe e preservar-lhe a função social.”.

15 A lei orçamentária anual (LOA) do DF deverá ser detalhada por região administrativa, porém, em virtude da pequena extensão territorial do DF, não é expressamente prevista para a LOA a função de reduzir as desigualdades inter-regionais.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O art. 149, § 10, da LODF estabelece que uma das funções da LOA é reduzir as desigualdades inter-regionais do DF:

“Art. 149 (...)

§ 10. O orçamento anual deverá ser detalhado por Região Administrativa e terá entre suas funções a redução das desigualdades inter-regionais.”.

16 Tal qual ocorre com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Tribunal de Contas do Distrito Federal e a Defensoria Pública do Distrito Federal, devem ser repassados duodécimos às regiões administrativas até o dia 20 de cada mês.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. As regiões administrativas do DF não dispõem de autonomia orçamentária e financeira, razão pela qual não recebem duodécimos, conforme o art.145 da LODF.

Com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal (Lei Complementar n.º 840/2011), julgue os itens a seguir.

17 Se um servidor público for exonerado do cargo e, posteriormente, for aplicada a ele a pena de demissão, a exoneração será convertida na sanção disciplinar de demissão.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Haverá conversão da exoneração em demissão quando esta for aplicada ao servidor após ele ter sido exonerado, nos termos do § 2.º do art. 202 da LC n.º 840/2011.

18 Tanto ao servidor público matriculado em curso da educação básica quanto ao matriculado em curso da educação superior poderá ser concedido horário especial, se houver incompatibilidade entre o horário de aula e o da unidade administrativa onde trabalham, sem que haja prejuízo do exercício do cargo.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Segundo o artigo 61, III, da LC n.º 840/2011, poderá ser concedido horário especial ao servidor matriculado em curso da educação básica e da educação superior, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da unidade administrativa, sem prejuízo do exercício do cargo.

19 É vedada a incorporação de parcelas remuneratórias como gratificações, adicionais e indenizações ao vencimento do servidor público.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Segundo o artigo 74, § 1.º, da LC n.º 840/2011, as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento, nos casos e nas condições indicados em lei.

20 Não são acumuláveis os adicionais de insalubridade e periculosidade na remuneração do servidor público.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Segundo o artigo 79, § 1.º, da LC n.º 840/2011, o servidor que faz jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade tem de optar por um deles.

21 O cancelamento da punição disciplinar de suspensão aplicada a um servidor público terá efeitos retroativos, com registro em certidão formal.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. O cancelamento de sanção disciplinar não surte efeitos retroativos, nos termos do artigo 201 da LC n.º 840/2011.

22 No caso de servidor público que responde a processo administrativo e criminal por conduta praticada no exercício da função, sua responsabilidade administrativa será afastada caso ele seja absolvido criminalmente por falta de provas, após o trânsito em julgado.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A responsabilidade administrativa é afastada nos casos de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria, nos termos do artigo 181 da LC n.º 840/2011.

comparativo da população da capital federal Brasília e os municípios do entorno do Distrito Federal com maior população

	município	UF	censo 2010 hab.	censo 2022 hab.
1	Brasília	DF	2.570.160	2.817.068
2	Águas Lindas de Goiás	GO	159.378	225.671
3	Luziânia	GO	174.531	208.725
4	Valparaíso de Goiás	GO	132.982	198.861
5	Planaltina de Goiás	GO	81.649	105.031
6	Novo Gama	GO	95.018	103.804
7	Cidade Ocidental	GO	55.915	91.767
8	Santo Antônio do Descoberto	GO	63.248	72.134
9	Padre Bernardo	GO	27.761	34.967

Internet: <ibge.gov.br> (com adaptações).

Em relação aos dados apresentados na tabela precedente e a outros aspectos relevantes da realidade geográfica da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens a seguir.

23 Brasília, considerada a principal cidade da RIDE, tornou-se a terceira maior cidade do país e apresenta um crescimento demográfico desde a sua fundação até os dias atuais.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Segundo dados do Censo 2022, Brasília se tornou oficialmente a terceira maior cidade brasileira, com um crescimento de 9,52% na última década.

24 Os dados da tabela evidenciam que todos os grandes municípios do Entorno tiveram um crescimento de sua população total por diversos motivos, tais como: migração, programas habitacionais e busca por menor custo de vida.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Praticamente todos os grandes municípios do Entorno cresceram mais que o Distrito Federal, segundo dados do Censo 2022. Um exemplo é a Cidade Ocidental, que cresceu 6 vezes mais que Brasília na última década e conta atualmente com uma população de 91.767. O crescimento pode ser observado a partir dos dados da tabela.

25 A RIDE é formada apenas por municípios goianos conurbados à mancha urbana do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A região do Entorno do DF é composta por municípios goianos e mineiros que fazem divisa com o Distrito Federal ou estão próximos a ele. Essa região tem uma população de cerca de 1,2 milhão de habitantes e uma taxa média de crescimento anual de 2,3%, acima da média nacional (0,8%) e da média estadual (1,2%).

A respeito do II Plano Distrital de Política para Mulheres (2020-2023), que objetiva o planejamento e a execução de políticas públicas que garantam a igualdade das mulheres e combatam a discriminação de gênero no Distrito Federal, julgue os seguintes itens.

26 Mulheres negras, lésbicas e transexuais, de todas as idades, são vítimas de violência de gênero em suas mais diversas formas.

JUSTIFICATIVA – CERTO. Os segmentos populacionais das mulheres negras, lésbicas, transexuais, de todas as idades — meninas, jovens, adultas ou idosas —, encontram-se expostas às diferentes formas de violência mais gravosas e explosivas se comparadas às formas de violência comumente existentes em qualquer sociedade. Ou seja, tais questões são agravantes no que se refere às violações de direitos humanos sofridas por essas mulheres.

27 O desemprego atinge de forma igualitária homens e mulheres, apesar de as mulheres sofrerem com menores salários que os dos homens.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Segundo o resultado da Pesquisa de Emprego e Desemprego no DF (PED/DF) referente a maio de 2021, a taxa de desemprego total encontra-se no patamar de 19,4%, entre maio e junho de 2020. Os homens estão na faixa de 16,5%, enquanto as mulheres estão em 22,6%.

Uma pesquisa de opinião será feita tendo como alvo uma população constituída por 1.000 pessoas. Por meio de um sistema de sorteio aleatório, uma amostra de 100 pessoas, sem reposição, será extraída dessa população.

A respeito da situação hipotética precedente, julgue os itens subsequentes.

28 A fração amostral é inferior a 0,01.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. A fração amostral é

$$f = \frac{n}{N} = \frac{100}{1000} = 0{,}1.$$

Portanto, a fração amostral não pode ser inferior a 0,01.

29 Nesse método de amostragem, há $d = 1.000^{100}$ diferentes amostras possíveis, de modo que a probabilidade de seleção de um grupo particular de 100 pessoas deve ser igual a 1.000^{-100}.

JUSTIFICATIVA – ERRADO. Tratando-se de uma amostragem aleatória simples sem reposição de tamanho $n = 100$ extraída de uma população de tamanho $N = 1.000$ pessoas, há $\binom{N}{n} = \binom{1000}{100}$ configurações amostrais possíveis. Cada configuração particular possui probabilidade de seleção igual a $\binom{1000}{100}^{-1}$. De fato, essa é uma característica fundamental da amostragem aleatória simples sem reposição.

O conjunto Ω representa o espaço amostral de um experimento aleatório. Considerando quatro eventos aleatórios $A, B, C, D \subset \Omega$, tais que A e B sejam eventos independentes, $C \subset A$ e $A \cap D = \emptyset$, julgue os itens a seguir, sabendo que $P(A) = 0{,}4$, $P(B) = 0{,}3$, $P(C) = 0{,}2$ e $P(D) = 0{,}1$.

30 $P(A \cup B) + P(A \cup C) + P(A \cup D) = 1{,}48$.

JUSTIFICATIVA – CERTO.

$$P(A \cup B) + P(A \cup C) + P(A \cup D) =$$
$$P(A) + P(B) - P(A)P(B) + P(A) + P(A) + P(D) =$$
$$0{,}4 + 0{,}3 - 0{,}4 \times 0{,}3 + 0{,}4 + 0{,}4 + 0{,}1 = 1{,}48.$$

31 $P(A|B) + P(A|C) + P(A|D) = 1{,}4$.

JUSTIFICATIVA – CERTO.

$$P(A|B) + P(A|C) + P(A|D) =$$
$$\frac{P(A \cap B)}{P(B)} + \frac{P(A \cap C)}{P(C)} + \frac{P(A \cap D)}{P(D)} =$$
$$P(A) + 1 + 0 = 1{,}4.$$

operação lógica	símbolo
conjunção	$\wedge$
disjunção	$\vee$
negação	$\sim$
condicional	$\Rightarrow$
bicondicional	$\Leftrightarrow$

Considerando que as proposições lógicas simples sejam representadas por letras maiúsculas e que os símbolos lógicos usuais estejam representados conforme a tabela precedente, julgue os próximos itens, relacionados à proposição lógica $(P \wedge R) \Rightarrow (\sim Q)$.

32 A proposição lógica $P \wedge (R \wedge Q)$ é equivalente à negação da proposição $(P \wedge R) \Rightarrow (\sim Q)$.

JUSTIFICATIVA – CERTO. $(P \wedge R) \Rightarrow (\sim Q) \Leftrightarrow \sim(P \wedge R) \vee (\sim Q)$. A negação será $\sim(\sim(P \wedge R)) \wedge \sim(\sim Q) \Leftrightarrow (P \wedge R) \wedge Q \Leftrightarrow P \wedge (R \wedge Q)$.

33 Considere-se que as primeiras três colunas da tabela-verdade referente à proposição lógica $(P \wedge R) \Rightarrow (\sim Q)$ sejam as apresentadas a seguir.

P	R	Q
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

Nessa situação, é correto afirmar que a sequência de valores V ou F, tomados de cima para baixo, da última coluna dessa tabela-verdade será F V V V F V V V.

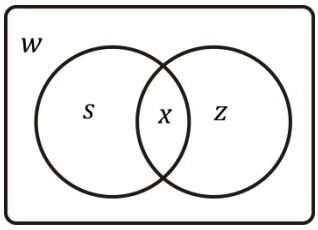
JUSTIFICATIVA – ERRADO. A última coluna da tabela-verdade refere-se a $(P \wedge R) \Rightarrow (\sim Q)$, conforme a tabela seguinte.

P	R	Q	~Q	P∧R	(P∧R) ⇒ (~Q)
V	V	V	F	V	F
V	V	F	V	V	V
V	F	V	F	F	V
V	F	F	V	F	V
F	V	V	F	F	V
F	V	F	V	F	V
F	F	V	F	F	V
F	F	F	V	F	V

Em determinada data, 450 processos concluídos foram enviados para o arquivo geral. Verificou-se que 300 desses processos eram ou exclusivamente relacionados à área de saúde ou exclusivamente relacionados à área de infraestrutura, 210 não eram relacionados à área de infraestrutura e 160 eram relacionados à área de saúde.

Em relação à situação hipotética precedente e às operações com conjuntos, julgue os itens a seguir.

34 O número de processos relacionados à área de infraestrutura é superior a 200.



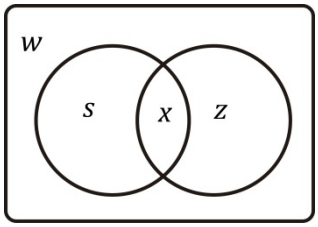
JUSTIFICATIVA – CERTO. Representando a situação na forma do diagrama de Venn e delimitando S como o conjunto dos processos exclusivamente relacionados à área da saúde, Z como o conjunto dos processos exclusivamente relacionados à àrea da infraestrutura, X como a interseção desses conjuntos e W como o conjunto de processos que não estão relacionados a nenhuma das duas áreas, o número de processos relacionados à area de infraestrutura $(X + Z)$ é dado por:

$$W + S + X + Z = 450$$
$$W + S = 210$$

Substituindo-se $(W + S)$ em $W + S + X + Z = 450$:

$$210 + X + Z = 450$$
$$X + Z = 450 - 210 = 240.$$

35 O número de processos que não estão relacionados nem à área de saúde e nem à área de infraestrutura é inferior a 90.



JUSTIFICATIVA – ERRADO. Representando a situação na forma do diagrama de Venn e delimitando S como o conjunto dos processos exclusivamente relacionados à área da saúde, Z como o conjunto dos processos exclusivamente relacionados à área da infraestrutura, X como a interseção desses conjuntos e W como o conjunto de processos que não estão relacionados a nenhuma das duas áreas, o valor de W será dado por:

$$W + S = 210$$
$$S + X = 160 \rightarrow X = 160 - S$$
$$S + Z = 300 \rightarrow Z = 300 - S$$
$$W + S + X + Z = 450$$

Substituindo-se $(W + S)$, X e Z em $W + S + X + Z = 450$:

$$210 + (160 - S) + (300 - S) = 450$$
$$670 - 2S = 450$$
$$-2S = 450 - 670 = -220$$
$$S = 110$$

Substituindo-se S em $W + S = 210$:

$$W + 110 = 210$$
$$W = 210 - 110 = 100$$

Espaço livre